



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

EDITAL 01/2017 - NÍVEL MÉDIO

TÉCNICO JUDICIÁRIO - FUNÇÃO JUDICIÁRIA

BLOCO

A

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- I. Nesta prova, você encontrará 08 (oito) páginas numeradas sequencialmente, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (09 questões), Raciocínio Lógico (08 questões), Legislação (08 questões), Conhecimentos Específicos (25 questões) e 01 (um) tema para redação.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- IV. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- V. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- VI. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- VII. A resposta da Prova Discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas. Transcreva-a, com caneta azul ou preta, para a Folha de Respostas, no espaço correspondente.
- VIII. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- IX. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- X. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XI. Você dispõe de 04 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- XII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 02 (duas) horas após seu início.
- XIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 03h30m (três horas e trinta minutos) do início das provas.
- XIV. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

Boa Prova!



DESTAQUE AQUI



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



Nome: _____ Assinatura do Candidato: _____ Inscrição: _____

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

RASCUNHO

Texto

Camelos e beija-flores...

(Rubem Alves)

A revisora informou delicadamente que era norma do jornal que todas as “estórias” deveriam ser grafadas como “histórias”. É assim que os gramáticos decidiram e escreveram nos dicionários.

Respondi também delicadamente: “Comigo não. Quando escrevo ‘estória’ eu quero dizer ‘estória’. Quando escrevo ‘história’ eu quero dizer ‘história’. Estória e história são tão diferentes quanto camelos e beija-flores...”

Escrevi um livro baseado na diferença entre “história” e “estória”. O revisor, obediente ao dicionário, corrigiu minhas “estórias” para “histórias”. Confiando no rigor do revisor, não li o texto corrigido. Aí, um livro que era para falar de camelos e beija-flores, só falou de camelos. Foram-se os beija-flores engolidos pelos camelos...

Escoro-me no Guimarães Rosa. Ele começa o *Tutameia* com esta afirmação: “A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a história.”

Qual é a diferença? É simples. Quando minha filha era pequena eu lhe inventava estórias. Ela, ao final, me perguntava: “Papai, isso aconteceu de verdade?” E eu ficava sem lhe poder responder porque a resposta seria de difícil compreensão para ela. A resposta que lhe daria seria: “Essa estória não aconteceu nunca para que aconteça sempre...”

A história é o reino das coisas que aconteceram de verdade, no tempo, e que estão definitivamente enterradas no passado. Mortas para sempre. [...]

Mas as estórias não aconteceram nunca. São invenções, mentiras. O mito de Narciso é uma invenção. O jovem que se apaixonou por sua própria imagem nunca existiu. Aí, ao ler o mito que nunca existiu eu me vejo hoje debruçado sobre a fonte que me reflete nos olhos dos outros. Toda estória é um espelho. [...]

A história nos leva para o tempo do “nunca mais”, tempo da morte. As estórias nos levam para o tempo da ressurreição. Se elas sempre começam com o “era uma vez, há muito tempo” é só para nos arrancar da banalidade do presente e nos levar para o tempo mágico da alma.

Assim, por favor, revisora: quando eu escrever “estória” não corrija para “história”. Não quero confundir camelos e beija-flores...

1) O texto de Rubem Alves é uma crônica. Ao compará-lo com as características desse gênero, só NÃO é correto afirmar:

- O texto assume um caráter narrativo em função, inclusive dos personagens.
- O texto assume um caráter poético, simplesmente, em função da referência que faz ao camelo e ao beija-flor.
- A pergunta retórica “Qual é a diferença?” (5º§) funciona como um convite à reflexão do leitor.
- Embora apresente uma linguagem mais subjetiva, pode-se apreender, com clareza, a defesa de um posicionamento.
- Em “A história nos leva para o tempo” (8º§), a presença da primeira pessoa do plural no pronome funciona como estratégia de aproximação com o leitor.

2) Ao confrontar “estórias” e “histórias”, o texto estabelece pares antitéticos com palavras ou expressões. Assinale a opção em que, respectivamente, essa oposição NÃO se evidencia.

- “beija-flores” / “camelos”.
- “coisas que não aconteceram nunca” / “coisas que aconteceram de verdade”.
- “tempo do nunca mais” / “era uma vez, há muito tempo”.
- “tempo da ressurreição” / “tempo da morte”.
- “mito de Narciso” / “referência a Guimarães Rosa e ao *Tutameia*”.

3) Em “Quando escrevo ‘estória’ eu quero dizer ‘estória’. Quando escrevo ‘história’ eu quero dizer ‘história’.” (2º§), ocorrem dois períodos. Quanto ao correto emprego da pontuação, de acordo com a Norma, faz-se um comentário adequado em:

- O primeiro ponto final deveria ser substituído por uma vírgula.
- Deveria haver uma vírgula antes de cada uma das duas ocorrências do pronome “eu”.
- Seria obrigatório o emprego de um ponto e vírgula no lugar do primeiro ponto final.
- Depois de cada uma das duas ocorrências do verbo “dizer” deveria ser empregada uma vírgula.
- Caso o primeiro ponto fosse suprimido, não haveria prejuízo para a estrutura sintática do período.

4) O emprego do pronome demonstrativo em ‘Ele começa o *Tutameia* com esta afirmação:’ (4º§) está correto uma vez que:

- é catafórico e antecipa a informação que será apresentada.
- faz referência temporal e reporta a um tempo específico.
- é anafórico e resgata um referente anteriormente citado.
- cumprir função espacial indicando a proximidade do emissor.
- indica uma referência textual genérica sem necessidade de especificação.

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 5, 6 e 7.

“A resposta que **lhe** daria seria: “Essa estória não aconteceu nunca para que aconteça sempre...”(5º§)

5) O pronome destacado cumpre papel coesivo, mas também sintático na oração. Assim, sintaticamente, ele deve ser classificado como:

- adjunto adnominal.
- objeto direto.
- complemento nominal.
- objeto indireto.
- predicativo.

6) O emprego do futuro do pretérito do indicativo cumpre um papel expressivo no trecho. Isso porque, no contexto, sinaliza ações:

- passadas ocorridas em um momento específico.
- do presente que se relacionam com o passado.
- presentes apontando para o futuro.
- do passado que continuam até o presente.
- futuras que não serão realizadas.

7) No último período, ocorre um jogo de palavras entre os advérbios explicitando a seguinte figura de linguagem:

- ironia.
- eufemismo.
- paradoxo.
- personificação.
- antítese.

8) A oração destacada em “Confiando no rigor do revisor, não li o texto corrigido.”(3º§), está na forma reduzida e introduz, em relação à principal, o valor semântico de:

- causa.
- concessão.
- consequência.
- condição.
- conformidade.



- 9) O humor do texto orienta-se pela relação entre os elementos verbais e não-verbais. Quanto aos primeiros, destaca-se a ambiguidade, ou seja, a possibilidade de mais de uma interpretação do seguinte termo:
- “claro”.
 - “chefe”.
 - “fiz”.
 - “retirada”.
 - “sustentável”.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 10) Sendo p : A certidão foi elaborada e r : a publicação foi digitada, proposições lógicas, tem-se que $(\sim p \vee r) \wedge (\sim r \vee p)$ é equivalente a:
- Se a certidão foi elaborada, então a publicação foi digitada
 - A certidão foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada
 - p condicional r
 - A certidão foi elaborada ou a publicação foi digitada
 - A certidão não foi elaborada se, e somente se, a publicação foi digitada
- 11) Sabe-se que se o prazo não foi cumprido, então o julgamento foi cancelado. Se o julgamento foi cancelado, então o acusado solicitou audiência com o juiz. Considerando que o acusado não solicitou audiência com o juiz, pode-se afirmar que:
- O julgamento foi cancelado
 - O prazo não foi cumprido e o julgamento não foi cancelado
 - Se o julgamento não foi cancelado, então o prazo não foi cumprido
 - O prazo foi cumprido e o acusado não solicitou audiência com o juiz
 - Se o acusado não solicitou audiência com o juiz, então o prazo não foi cumprido
- 12) Marcos, José, Renato e Luiz possuem carros de cores diferentes. Azul, branco, preto e vermelho, não necessariamente nessa ordem. Além disso, é sabido que:
- José e o dono do carro vermelho já dirigiram o carro branco.
 - Marcos e Renato conhecem o dono do carro preto.
 - O dono do carro vermelho conhece Luiz e estuda com Marcos.
 - Marcos não é dono do carro azul e não conhece Luiz.
- Nessas condições, é correto afirmar que:
- Luiz é dono do carro azul
 - José é dono do carro azul
 - Renato é dono do carro azul
 - Marcos é dono do carro vermelho
 - Marcos é dono do carro preto

- 13) Certa repartição pública têm três procuradores: Antônio, Bento e Carlos. Se Antônio veio trabalhar, o processo foi analisado. Se Bento veio trabalhar, o processo foi analisado e, se Carlos veio trabalhar, o processo não foi analisado. Se o processo foi analisado, é correto afirmar que:
- Antônio veio trabalhar e Bento veio trabalhar
 - Bento veio trabalhar
 - Antônio veio trabalhar ou Bento veio trabalhar
 - Carlos não veio trabalhar
 - Antônio veio trabalhar
- 14) Analisados 2300 processos em andamento verificou-se que 980 eram sobre pensão alimentícia, 860 eram sobre direitos trabalhistas e que 530 processos sobre nenhum dos dois. Nessas condições, e sabendo que pode haver, num mesmo processo, os dois assuntos, o total de processos que eram sobre somente um dos dois assuntos é igual a:
- 1770
 - 1840
 - 1470
 - 460
 - 1700
- 15) Considerando a sequencia lógica 2,3,2,3,4,6,12,18,48,72,..., então a soma dos dois próximos termos dessa sequencia representa o prazo, em dias, da expiração de um processo. Nessas condições, esse processo expira daqui:
- 600 dias
 - 360 dias
 - 240 dias
 - 480 dias
 - 324 dias
- 16) Após uma investigação sobre sonegação fiscal, foram recuperados 3 milhões de reais do valor total sonegado, no primeiro mês. Em seguida, no segundo mês, foram recuperados $\frac{9}{4}$ do valor total sonegado (em milhões). Já no terceiro mês, foram recuperados $\frac{27}{16}$ do valor total sonegado (em milhões). Se a cada mês, indefinidamente, forem recuperados valores seguindo a sequencia dos meses anteriores, então o valor total sonegado será igual a:
- 9 milhões de reais
 - 12 milhões de reais
 - $\frac{17}{4}$ milhões de reais
 - $\frac{25}{16}$ milhões de reais
 - 8 milhões de reais
- 17) Sabe-se que $\frac{1}{3}, \frac{4}{5}, \frac{7}{7}, \frac{10}{9}, \dots$ é uma sequencia lógica ilimitada. Desse modo, a soma entre os números da fração (numerador e denominador) que representa o 100º termo da sequencia representa a senha de acesso aos dados de um processo em andamento. Portanto, a senha de acesso deve ser o número:
- 497
 - 501
 - 499
 - 503
 - 495

18) Quanto ao fenômeno da reversão no serviço público, com base no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, analise os itens abaixo:

- I. Reversão é o reingresso no serviço público de servidor aposentado somente quando são insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- II. A reversão, quando do interesse da Administração, poderá ocorrer através de ato de designação, cabendo ao servidor, pelos encargos do exercício ativo, a percepção de adicional de remuneração no valor de sessenta por cento dos proventos integrais referentes à retribuição normal do cargo em que se aposentou.
- III. A reversão também é observada quando há interesse e requisição da Administração Pública, respeitando-se a opção do servidor.
- IV. O tempo de designação do servidor revertido não será considerado para fins de cálculo do adicional por tempo de serviço a ser futuramente incorporado aos proventos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas III está correto
- b) Apenas I e III estão corretos
- c) Apenas II e IV estão corretos
- d) I, II, III e IV estão corretos
- e) I, II, III e IV estão incorretos

19) Sobre o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, assinale a alternativa correta:

- a) A composição do Órgão Especial é feita apenas pelo critério de antiguidade, ressalvadas 4 (quatro) vagas pelos integrantes da Mesa Diretora
- b) O Órgão Especial funciona no exercício delegado das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência originária do Tribunal Pleno
- c) A presidência do Órgão Especial será ocupada pelo Presidente do Tribunal, sendo substituído, nas ausências e impedimentos, somente pelo 1º Vice-Presidente e o desembargador mais antigo, nesta ordem
- d) O Órgão Especial é constituído por 22 (vinte e dois) Desembargadores
- e) Em caso de empate no julgamento prevalecerá o voto do desembargador mais antigo

20) O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos é integrado por órgãos de gestão, unidades jurisdicionais e unidades conveniadas, públicas ou privadas. Fazem parte do núcleo os Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC), sobre eles assinale a alternativa correta:

- a) Os CEJUSC são dirigidos por juízes coordenadores, designados pelo Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco
- b) O juiz coordenador do CEJUSC não exercerá sua função em regime de acumulação
- c) Os CEJUSC não têm atribuição para promover solução consensual de conflitos de natureza previdenciária
- d) O magistrado coordenador do CEJUSC, a partir de sua designação, passa à condição de juiz auxiliar em uma das unidades jurisdicionais da respectiva jurisdição a que se vincular o Centro de Conciliação, cabendo à Vice-Presidência a escolha e designação
- e) Cabe ao juiz coordenador do CEJUSC gerir todas as atividades da unidade, inclusive com competência para homologar, por sentença, os termos de acordo de conciliação ou mediação celebrados no âmbito do Núcleo

21) A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) entrou em vigor no ano de 2009 e estabeleceu princípios, diretrizes e instrumentos para o melhor desenvolvimento sustentável. Sobre o tema, assinale a alternativa que não identifica um dos instrumentos estabelecidos pela referida Política Pública:

- a) Resoluções da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
- b) Avaliações e classificações expedidas por agências de avaliação de risco sob viés econômico, financeiro e ambiental
- c) Linhas de pesquisa por agências de fomento
- d) Indicadores de sustentabilidade e monitoramento climático nacional
- e) Plano Nacional sobre a Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima

22) As licitações têm por objetivo garantir a observância de preceitos constitucionalmente estabelecidos, em especial, o da isonomia, delimitando a seleção de proposta mais vantajosa para a administração e promovendo o desenvolvimento nacional sustentável. Neste contexto, de acordo com a Lei nº 8.666/1993, nos processos de licitação não poderá ser estabelecida margem de preferência para:

- a) Serviços nacionais que atendam aos requisitos delimitados por normas técnicas nacionais
- b) Bens produzidos por pessoas jurídicas que atestem o cumprimento de regras de acessibilidade previstas na legislação brasileira
- c) Produtos manufaturados tecnicamente aptos de acordo com as normas brasileiras
- d) Bens fabricados por subsidiária brasileira de empresa sediada no exterior que atendam às normas ambientais e cujo conteúdo apresente 75 % (setenta e cinco por cento) de componentes brasileiros
- e) Serviços prestados por empresas que comprovem reserva de cargo para pessoas com deficiência

23) Atualmente vigora no Brasil a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelecida pela Lei nº 12.305/2010. Conforme consta na norma, na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada uma ordem de prioridade específica. Com base no texto legal, observe os itens abaixo e assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de prioridade:

- I. Redução;
- II. Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- III. Reutilização;
- IV. Tratamento dos resíduos sólidos;
- V. Não geração;
- VI. Reciclagem.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência na ordem correta.

- a) V, II, III, I, IV e VI
- b) I, VI, III, IV, II e V
- c) V, VI, III, I, IV e II
- d) I, VI, V, IV, II e III
- e) V, I, III, VI, IV e II

24) A Lei nº 13.146/2015 foi promulgada com o intento de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Em um dos seus artigos foi estabelecida a avaliação biopsicossocial da deficiência. Quanto ao tema, assinale a alternativa que não identifica um dos critérios expostos na referida norma para aferição da deficiência:

- a) A limitação no desempenho das atividades pela pessoa tida como deficiente
- b) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais do avaliando
- c) Construção da linguagem e saúde psiquiátrica
- d) Restrição de participação por parte do indivíduo
- e) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo

25) A Resolução nº 230/2016 do Conselho Nacional de Justiça orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário às normas nacionais e internacionais sobre direitos das pessoas com deficiência e sua respectiva inclusão. Quanto aos dispositivos trazidos na referida norma administrativa, assinale a alternativa correta:

- a) É defeso ao Poder Judiciário e a seus serviços auxiliares impor ao usuário com deficiência custo anormal, direto ou indireto, para o acesso ao serviço público oferecido
- b) A formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade terão como única premissa básica o planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos
- c) Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, sete por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação de libras
- d) Os órgãos do poder judiciário deverão promover acessibilidade aos usuários por meio de atendimento público, pessoal, por meio telefônico ou por qualquer meio eletrônico, inclusive aceitando apenas o uso de linguagem de sinais
- e) Para atender aos usuários externos com deficiência, os órgãos do Judiciário deverão reservar nas áreas de estacionamento abertas ao público vagas próximas aos acessos de circulação em percentual equivalente a três por cento do total

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) O fenômeno da prescrição é regulamentado pelo Código Civil brasileiro e contempla as hipóteses de ocorrência e todas as suas nuances. Verifique as alternativas abaixo e assinale a alternativa correta sobre a prescrição em Direito Civil:

- a) Não há interrupção na contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto cambial
- b) Não corre a prescrição entre ascendente e descendente durante o exercício do poder familiar
- c) Prescreve em dois anos a pretensão do segurado contra o segurador
- d) A prescrição iniciada contra uma pessoa não volta a correr em face de seu sucessor
- e) A prescrição corre mesmo quando há pendente condição suspensiva

27) Os direitos da personalidade são estabelecidos em lei e tem por objetivo garantir condições mínimas para a vida cotidiana. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Código Civil veda qualquer tipo de constrangimento que submeta a pessoa a tratamento médico com risco à vida
- b) É proibida a veiculação de nome alheio em peças publicitárias, exceto quando há autorização expressa
- c) Pode, qualquer parente em linha reta, buscar o judiciário para a reparação de danos quando do uso de imagem de parente morto
- d) É válido dispor sobre o próprio corpo para pesquisa científica após a morte, não podendo esse ato ser revogado a qualquer tempo
- e) O Diploma Civil permite a disposição do próprio corpo, mesmo quando isso contrariar os bons costumes

28) O domicílio é a sede jurídica da pessoa, onde ela se presume presente para efeitos de direito e onde exerce ou pratica, habitualmente, seus atos e negócios jurídicos. A respeito do tema “domicílio”, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se domicílio profissional da pessoa natural o local da sede da empresa
- b) O domicílio do ente municipal é aquele local onde funciona a administração financeira do município
- c) É defeso às partes contratantes especificar determinado domicílio onde se cumprirão os direitos e obrigações do contrato
- d) A pessoa natural que tiver várias residências escolherá apenas uma delas como seu domicílio, excluindo-se qualquer outra
- e) O domicílio de um tenente-coronel da Força Aérea Brasileira é a sede do comando a que se encontra imediatamente subordinado

29) Sobre as pessoas jurídicas de direito privado, analise os itens abaixo.

- I. São pessoas jurídicas de direito privado as associações, fundações, partidos políticos, sociedades, organizações religiosas e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- II. Decai em 2 (dois) anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.
- III. A criação de fundações exige escritura pública feita pelo instituidor, oportunidade em que fará dotação especial de bens livres e especificará a finalidade a que se destina aquela pessoa jurídica.
- IV. Na hipótese de dissolução de uma associação, o que restar de seu patrimônio líquido será destinado à instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes, não importando possível designação contrária existente no estatuto.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II são incorretos
- b) Apenas II e IV são corretos
- c) Apenas I e III são corretos
- d) Apenas III e IV são incorretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

30) De acordo com o Código Civil, a menoridade cessa aos 18 (dezoito) anos completos, oportunidade em que o indivíduo fica habilitado à prática de todos os atos da vida civil. Sobre o tema “capacidade”, assinale a alternativa correta:

- a) A incapacidade cessa quando do exercício de emprego público efetivo
- b) São absolutamente incapazes os pródigos
- c) Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade se tornam absolutamente incapazes
- d) A capacidade dos indígenas é regulada pela legislação ordinária, incluindo-se aí os dispositivos do Diploma Civil
- e) São considerados relativamente incapazes aqueles menores de 16 anos

31) Sobre o litisconsórcio em Direito Processual Civil, analise os itens abaixo:

- I. O litisconsórcio é um fenômeno que ocorre quando duas ou mais pessoas se encontram no mesmo polo do processo, caracterizando uma cumulação subjetiva.
- II. Não ocorrerá litisconsórcio quando da ocorrência de afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.
- III. Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, cabendo ao juízo, obrigatoriamente, intimar todos sobre os respectivos atos, sob pena de ferimento do princípio do contraditório.
- IV. Nos casos de litisconsórcio passivo necessário, o juiz determinará ao autor que requeira a citação de todos que devam ser litisconsortes, se assim não o fizer, o processo será extinto.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas II e IV são incorretos
- b) Apenas I e IV são incorretos
- c) Apenas I e II são corretos
- d) Apenas I, III e IV são corretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

32) A revelia não produz seus efeitos, em especial, o da presunção de veracidade das alegações de fato formuladas pelo autor nas seguintes situações, exceto:

- a) O litígio versar sobre direitos indisponíveis
- b) As alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos
- c) A procuração não contiver disposição sobre a possibilidade de emenda da petição inicial
- d) Havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação
- e) A petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato

33) A Cooperação Internacional foi recentemente regulamentada em território nacional por meio da promulgação do novo Código de Processo Civil. A respeito do tema, assinale a alternativa que contém informação correta:

- a) A solicitação de auxílio direto será encaminhada ao Brasil pela autoridade estrangeira, cabendo ao Estado brasileiro assegurar a autenticidade do pedido
- b) É desnecessária a tradução juramentada de documento encaminhado juntamente com o pedido de cooperação jurídica internacional, desde que este seja enviado por meio de autoridade central ou via diplomática
- c) Compete ao juiz estadual da comarca em que deverá ser executada a medida apreciar o pedido de auxílio direto
- d) A cooperação jurídica internacional terá como objeto tão somente os atos de citação, intimação, notificação judicial e extrajudicial
- e) Caso fira preceitos constitucionais, pode a autoridade judiciária brasileira revisar o mérito do pronunciamento judicial estrangeiro

34) Sobre o procedimento judicial de restauração de autos, assinale a alternativa correta:

- a) A restauração só poderá ser feita de ofício pelo juiz
- b) Na hipótese do desaparecimento dos autos após a instrução probatória, não poderá o juiz determinar a repetição das mesmas, sob pena de macular o processo com nulidade
- c) Caso o desaparecimento dos autos tenha se dado em Tribunal, o presidente da Corte será a autoridade competente para oficiar no processo de restauração
- d) Não há contraditório no procedimento de restauração dos autos, cabendo à parte tão somente juntar as cópias que possuir
- e) Aquele que der causa ao desaparecimento dos autos responderá pelas custas da restauração e pelos honorários de advogado. Também poderá ser averiguada sua responsabilidade em âmbito civil e penal

35) Não estará impedido para oficial no feito o magistrado que:

- a) estiver promovendo ação contra o advogado da parte
- b) tiver oficiado como perito no caso
- c) observar que figura como parte instituição de ensino com a qual tem relação de emprego
- d) possuir parente consanguíneo colateral de quarto grau parte no processo
- e) tiver postulado anteriormente como defensor público de uma das partes

36) Não constitui crime contra a administração pública:

- a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal
- b) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassa-lo
- c) Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadorias
- d) Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de concurso público
- e) Desobedecer à ordem legal de funcionário público

37) A teoria do erro detém grande importância para avaliação da responsabilidade penal de indivíduo acusado do cometimento de delito. Sobre o erro de tipo, assinale a alternativa correta:

- a) Erro de tipo é equívoco de representação, ou seja, o agente atinge terceiro achando tratar-se de pessoa que visava atingir com sua conduta ilícita
- b) Conhecido como “aberratio ictus”, o erro de tipo se vislumbra quando do momento da execução do delito terceiro é atingido sem que o agente tenha vontade de o fazê-lo
- c) O erro de tipo é uma modalidade de erro que, quando verificada, não exclui o dolo, cabendo ao julgador verificar a ocorrência de engano durante a execução do delito e aplicar-lhe pena mais branda
- d) Erro verificável quando o agente criminoso supõe que sua conduta recai sobre determinada coisa e na realidade recai sobre outra
- e) Trata-se de erro sobre elemento constitutivo do tipo legal, excluindo o elemento subjetivo e permitindo uma condenação por ato culposos, quando previsto em lei penal

38) O conceito analítico de crime apresenta como um de seus elementos constituidores a tipicidade. No contexto do fato típico observa-se um aparente conflito entre normas penais aplicáveis ao caso concreto. Com base nos seus conhecimentos sobre Direito Penal, assinale a alternativa que não apresenta um dos mecanismos principiológicos utilizados para solucionar os conflitos aparentes de normas:

- a) Princípio da subsidiariedade
- b) Princípio da insignificância
- c) Princípio da consunção
- d) Princípio da alternatividade
- e) Princípio da especialidade

39) A culpa é elemento constituidor do crime, ou seja, sua presença se faz essencial para avaliação da responsabilidade penal do agente por ato considerado ilícito. Nesse sentido, a culpa apresenta diversas nuances capazes de serem identificadas a partir do estudo minucioso dos termos contidos na legislação pátria. Sobre o tema, assinale a alternativa que **não** contém descrição de ato culposo relevante aos olhos do Direito Penal:

- a) Realização de ato sem a necessária aptidão técnica para o exercício da função ou ofício
- b) Prática de ato tido como perigoso, agindo com precipitação e sem cautela
- c) Realização de ato cujo resultado danoso é sabido pelo agente e lhe causa indiferença
- d) Exercício de ato sem precaução quanto a eventual resultado danoso
- e) Prática de ato cujo resultado danoso é previsto, mas há certeza por parte do agente quanto a sua não ocorrência

40) Assinale a alternativa que **não** contempla uma das excludentes de antijuridicidade dispostas no Código Penal Brasileiro:

- a) Realização de ato após coação moral irresistível
- b) Exercício regular de uma aptidão abarcada pelo Direito
- c) Imposição legal de um comportamento ao agente
- d) Ato de afastamento da situação de perigo para salvaguardar um bem jurídico próprio ou de terceiro
- e) Utilização moderada de meios necessários para repelir injusta agressão, atual ou iminente

41) Sobre a ação penal, analise os itens abaixo:

- I. Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.
- II. Na hipótese de falecimento da vítima, são legítimos para iniciar ação penal privada em seu nome o cônjuge, ascendentes, descendentes e irmãos.
- III. Nos crimes de lesão corporal praticados sob âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher a ação penal é pública incondicionada.
- IV. A retratação da representação pode ser feita até a prolação de sentença de mérito, cabendo ao magistrado arquivar o feito ante a ausência de condição específica de procedibilidade.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e II estão corretos
- b) Apenas I e IV estão incorretos
- c) Apenas I, II e III estão corretos
- d) Apenas II e IV estão incorretos
- e) I, II, III e IV estão corretos

42) Na fase judicial, vigora em esfera processual penal a sistemática acusatória, em que o Juiz figura em posição inerte, garantindo, assim, sua isenção e imparcialidade. Todavia, o Código de Processo Penal traz as situações em que o magistrado deverá declarar-se suspeito. Assinale a alternativa que **não** apresenta hipótese de suspeição do juiz:

- a) Amigo íntimo e/ou inimigo do réu ou da vítima
- b) Detentor de cotas em empresa interessada no processo
- c) Cônjuge respondeu a processo julgado por qualquer das partes
- d) Possua ascendente que responde a processo por fato análogo
- e) Atuou na acusação em processo anterior contra qualquer das partes

43) Sobre a sentença judicial, avalie as proposições abaixo:

- I. O princípio da correlação entre acusação e sentença estabelece que a sentença judicial deve ter estrita congruência entre a imputação e o resultado condenatória, qualquer distorção nesse liame enseja nulidade no processo.
- II. É vedado ao juiz, sem que haja o modificativo da descrição do fato contido na exordial acusatória, atribuir-lhe definição jurídica diversa.
- III. Na hipótese de tomar conhecimento de fato novo vinculado à acusação contida na denúncia deverá o juiz encaminhar os autos ao Ministério Público para que, no prazo de 5 (cinco) dias, emende a inicial.
- IV. No Direito brasileiro vigora o princípio da individualização, em que o acusado se defende da capitulação jurídica dada ao fato criminoso pelo acusador na petição inicial (denúncia ou queixa).

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e III são corretas
- b) Apenas I e IV são incorretas
- c) Apenas II e IV são corretas
- d) Apenas I, II e III são incorretas
- e) I, II, III e IV são corretas

44) A citação é o ato oficial que dá ciência ao acusado sobre a existência de processo criminal, garantindo-lhe a possibilidade de se defender das imputações que lhe são lançadas. A respeito do tema, assinale a alternativa **incorreta** sobre a citação em âmbito processual penal:

- a) A citação pode ser real ou ficta, a primeira quando feita pessoalmente ao acusado e a segunda quando houver presunção de que tenha tomado ciência das acusações que lhe são dirigidas
- b) A citação será realizada por meio de carta precatória quando o réu, em liberdade, residir em outra comarca, ou seja, fora do território de jurisdição do juiz competente para apreciar a ação penal
- c) A citação do militar é realizada por meio da expedição de ofício ao respectivo comandante da organização militar
- d) A citação do funcionário público será feita sempre pessoalmente por meio de mandado, sem a necessidade de notificação do chefe da repartição
- e) A citação do réu preso deverá ser feita pessoalmente, por mandado

45) A intimação é um ato de ciência às partes sobre algum fato ocorrido no processo ou ato processual a realizar-se. No que diz respeito às intimações, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de intimação do defensor do réu sobre a prolação de sentença condenatória não gera nulidade da ação penal
- b) É indispensável a citação pessoal das testemunhas arroladas pela defesa, mesmo que o defensor do acusado se comprometa a apresentá-las independentemente de notificação judicial
- c) O Ministério Público será intimado pessoalmente, sendo-lhe garantida vista dos autos para ciência e, dependendo do caso, manifestação
- d) O advogado constituído somente será intimado por meio de publicação no órgão oficial de imprensa quando assim requerer
- e) Todas intimações relativas ao processo conterão o nome do acusado, mesmo quando a causa tramita em segredo de justiça

46) A respeito do processo judicial eletrônico brasileiro e os atos processuais realizados por meio digital, assinale abaixo a alternativa que contém informação incorreta:

- a) A conservação dos autos do processo se dará exclusivamente por meio digital
- b) A digitalização de autos em mídia não digital será precedida de comunicação às partes e seus procuradores para que se manifestem sobre os documentos
- c) Todos os documentos produzidos eletronicamente e juntados no processo judicial serão considerados originais
- d) Quando inviável a citação por meio eletrônico, o ato será procedido de forma ordinária, digitalizando-se o documento físico
- e) A arguição de falsidade de documento também tramitará por meio eletrônico

47) Sobre o processo judicial eletrônico, analise os itens abaixo:

- I. O documento cuja digitalização é inviável deverá ser entregue na secretaria da vara no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio de petição eletrônica, informando da impossibilidade.
- II. Os livros cartorários poderão ser gerados e armazenados por meio digital.
- III. Os sistemas para acesso ao processo judicial eletrônico deverão se utilizar de programas de código aberto acessíveis de forma ininterrupta pela internet.
- IV. Os órgãos do Poder Judiciário deverão manter equipamentos à disposição dos interessados para distribuição de peças processuais.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas I e III são corretos
- b) Apenas I e IV são incorretos
- c) Apenas II é correto
- d) Apenas II, III e IV são corretos
- e) I, II, III e IV são incorretos

48) Sobre as hipóteses de indisponibilidade do sistema do Processo Judicial Eletrônico assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se indisponível o sistema do processo judicial eletrônico ante a impossibilidade de consulta aos autos digitais, transmissão eletrônica de atos processuais, bem como o acesso a comunicações processuais
- b) A indisponibilidade não se caracteriza quando das falhas de transmissão de dados entre as estações de trabalho do público externo e a rede de comunicação pública
- c) A indisponibilidade do sistema é aferida por meio de sistema de auditoria fornecido pelo Conselho Nacional de Justiça ou órgão que detém tal responsabilidade
- d) Toda indisponibilidade do sistema será registrada em relatório de interrupções de funcionamento acessível ao público
- e) Os prazos que vencerem no dia da ocorrência de indisponibilidade serão prorrogados para o dia útil seguinte, independentemente do prazo em que durou a indisponibilidade, assim como o horário de sua verificação

49) Sobre o funcionamento do sistema do Processo Judicial Eletrônico, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. O tamanho mínimo dos arquivos utilizados no Processo Judicial Eletrônico é de 2,0 Mb.
 - II. Incumbirá à parte que apresentar o documento digital zelar por sua qualidade e legibilidade.
 - III. Os órgãos do Judiciário propiciarão auxílio técnico presencial às pessoas com deficiência ou que comprovem idade igual ou superior a 70 (setenta) anos no acesso aos autos do Processo Judicial Eletrônico.
 - IV. Após o devido contraditório judicial, os documentos considerados impertinentes à demanda terão sua visualização impedida após determinação judicial.
- a) Apenas I e II são corretas
 - b) Apenas II e IV são corretos
 - c) Apenas I, II e III são incorretos
 - d) Apenas II e III são incorretos
 - e) I, II, III e IV são corretos

50) Sobre o processo judicial eletrônico, assinale a alternativa correta:

- a) Os Órgãos do Judiciário realizarão convênios exclusivos com a Ordem dos Advogados do Brasil para disponibilização de equipamentos aos seus funcionários visando o melhor desenvolvimento do Processo Judicial Eletrônico
- b) Os documentos físicos apresentados em cartório deverão ser retirados pelo interessado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias
- c) O sigilo de documentos poderá ser requerido pela parte quando da propositura de ação judicial
- d) O uso inadequado do sistema que cause prejuízo ante a redução de sua disponibilidade imporá ao responsável pena privativa de liberdade por crime contra a administração pública
- e) O Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico não tem atribuição para elaborar, aprovar e alterar plano de projeto nacional

PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO

Transcreva a redação contendo no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

Considere o texto abaixo:

Na longa história da desinformação, o surto atual de notícias falsas já ocupa um lugar especial, com uma assessora presidencial norte-americana, Kellyanne Conway, que chegou a sacar da manga um massacre em Kentucky para defender que se proibisse a entrada no país de viajantes de sete países muçulmanos. Mas a invenção de verdades alternativas não é tão infrequente, e equivalentes às mensagens de texto e aos tuítes cheios de veneno de hoje podem ser encontrados em quase todos os períodos da história, inclusive na Antiguidade.

Procópio, o historiador bizantino do século VI, escreveu um livro cheio de histórias de veracidade duvidosa, *História Secreta* (Anedota no título original), que manteve em segredo até sua morte, para arruinar a reputação do imperador Justiniano, depois de ter mostrado adoração a ele em suas obras oficiais. Pietro Aretino tentou manipular a eleição do pontífice em 1522 escrevendo sonetos perversos sobre todos os candidatos menos o preferido por seus patronos, os Médicis, e os prendendo, para que todo mundo os admirasse, no busto de uma figura conhecida como Il Pasquino, perto da Piazza Navona, em Roma. Os pasquins se transformaram em um método habitual para difundir notícias desagradáveis, em sua maioria falsas, sobre personagens públicos. [...]

(Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em 20/08/17)

A partir da leitura do texto de apoio acima e com base em seu conhecimento de mundo, desenvolva um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

“Qual o espaço da verdade nas relações interpessoais na sociedade contemporânea?”

Seu texto deverá ser produzido em prosa e conter entre 20 e 30 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

